



Ano 5, Vol 5, Núm. 2, jul-dez, 2024, pág. 143-159.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BEM-ESTAR SOCIOECONÔMICO

EDUCACIÓN FINANCIERA: INSTRUMENTO PARA EL DESARROLLO DEL BIENESTAR SOCIOECONÓMICO

Selma Velozo Fontes¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discorrer sobre as relações nos processos de educação financeira com a dimensão socioeconômica. A educação financeira visa promover a conscientização do consumo responsável e a conquista de uma situação financeira equilibrada. Trata-se de um importante instrumento educacional para o desenvolvimento do bem-estar social, tendo em vista que o uso consciente do dinheiro na organização dos gastos e na aplicação de recursos gera segurança financeira. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, foram feitos levantamentos de materiais já publicados na forma de livros e de artigos disponíveis na internet. Quanto a classificação do trabalho, foi realizado um estudo descritivo, pois trata-se de uma simples descrição de fenômeno. Como considerações finais foi destacado que o Estado deve intensificar políticas públicas que promovam o conhecimento, tornando os indivíduos mais experientes do ponto de vista financeiro e que o setor privado tenha sua parcela de contribuição no fomento da educação, tendo em vista os benefícios indiretos que terá em função de melhores decisões financeiras tomadas por seus colaboradores, investidores e consumidores. Cabe ressaltar que a educação financeira pode ser considerada um instrumento que promove confiança, estabilidade financeira e crescimento econômico, e que a adoção do conhecimento financeiro e a sua prática poderão gerar resultados e consequências benéficas para o bem-estar social e para o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: Educação Financeira; Sociedade; Estado; Setor Privado; Desenvolvimento Econômico.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir las relaciones en los procesos de educación financiera con la dimensión socioeconómica. La educación financiera tiene como objetivo promover la conciencia del consumo responsable y el logro de una situación financiera equilibrada. Es una herramienta educativa importante para el desarrollo del bienestar social, ya que el uso consciente del dinero en la organización del gasto y la aplicación de recursos genera seguridad financiera. Con este fin, se realizó una búsqueda bibliográfica y se realizaron encuestas de materiales ya publicados en forma de libros y artículos disponibles en Internet. En cuanto a la clasificación del trabajo, se realizó un estudio descriptivo, ya que es una descripción simple del fenómeno. Como consideraciones finales, se destacó que el Estado debería intensificar las políticas públicas que promueven el conocimiento, haciendo que las personas tengan más conocimientos financieros y que el sector privado tiene su parte de contribución a la promoción de la educación, considerando los beneficios indirectos que tendrá debido a mejores decisiones financieras tomadas por sus empleados, inversores y consumidores. Cabe señalar que la educación financiera puede considerarse un instrumento que promueve la confianza, la estabilidad financiera y el crecimiento económico y que la adopción del conocimiento financiero y su práctica puede generar resultados beneficiosos y consecuencias para el bienestar social y el desarrollo económico del país.

Palabras clave: Educación Financiera; Sociedad; Estado; Sector Privado; Desarrollo Económico.

¹ Doutora em Administração e Ciências Sociais pela UCES/Buenos Aires. Mestre em Gestão e Estratégia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Docente da UFRRJ. E-mail: svfontes@ufrj.br. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5006471121311105>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8195-4823>.



INTRODUÇÃO

Grande parte dos indivíduos movimenta recursos financeiros e tem necessidade de tomar decisões que afetam ou afetarão o seu modo de vida. Para muitos educar-se financeiramente parece ser algo difícil e desgastante. Esse entendimento é percebido por Brunet (2018) ao expor que a gestão de recursos financeiros tem efeitos relacionados ao campo emocional, ou seja, muitas vezes o dinheiro é usado para suprir necessidades emocionais não sendo aplicado de maneira racional. Na percepção capitalista, o dinheiro traz segurança e é uma fonte de realização ao representar a possibilidade de concretização de sonhos e projetos. Mas, cabe destacar que uma boa organização financeira pode ser aprendida e aprimorada ao ser exercitada.

No Brasil, em termos de iniciativa de estado, o tema educação financeira surgiu durante o Governo Lula, a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, cujo objetivo foi contribuir na promoção da educação financeira e previdenciária objetivando impulsionar às políticas de inclusão social, através do apoio de ações auxiliaadoras ao cidadão para a tomada de decisões financeiras autônomas e conscientes. É natural que a busca do conhecimento e o exercício do planejamento financeiro disciplinem o comportamento do indivíduo. Segundo Tetaz (2018) repensar atitudes, buscar ferramentas que ajudam na organização financeira podem melhorar a qualidade de vida, o conhecimento auxilia na superação de restrições reais existentes que atingem um grande número de pessoas.

O indivíduo que não se organiza financeiramente em algum momento poderá sentir as consequências pela falta de dinheiro. Dessa forma, por mais que se tente fugir do assunto, em algum momento se fará necessário encarar a necessidade de adquirir conhecimento, visando a conscientização do consumo responsável, a conquista de uma situação financeira equilibrada, a ascensão do bem-estar econômico e social e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade de vida. (MACEDO JUNIOR, 2013)

Dentro desse contexto, este artigo propõe relacionar a promoção da educação financeira com aspectos que afetam os indivíduos nas dimensões social e econômica. Cabe evidenciar que a educação financeira visa promover a conscientização do consumo responsável e a conquista



de uma situação financeira equilibrada, tendo em vista representar um importante instrumento educacional capaz de estimular o desenvolvimento do bem-estar socioeconômico.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Educação Financeira e Sociedade: Relações Existentes

Conforme Bauman (1999), a sociedade é voltada para o consumo onde indivíduos buscam a satisfação de suas necessidades e desejos. O autor coloca que:

A sociedade humana impõe aos seus membros (mais uma vez, principalmente) a obrigação de serem consumidores. A maneira como a sociedade molda seus membros estabelecidos, em primeiro lugar e acima de tudo, devido à necessidade de desempenhar esse papel; a norma que lhes é transmitida, a de ter capacidade e disposição para consumir. (BAUMAN, 1999, p. 44).

No Brasil, após anos vivenciando um cenário de consumismo desenfreado, significativa parcela da população apresenta parte de sua renda comprometida com o crédito, principalmente as classes menos favorecidas. Surge então uma corrente de conscientização do consumo responsável que vem ganhando força desde a criação da ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira - no ano 2010.

A educação financeira visa promover a conscientização do consumo responsável e a conquista de uma situação financeira equilibrada. Trata-se de um importante instrumento educacional para o desenvolvimento do bem-estar social, tendo em vista que o uso consciente do dinheiro na organização dos gastos e na aplicação de recursos gera segurança financeira.

Gould (2002) comenta as relações nos processos de educação com a dimensão socioeconômico e destaca que os recursos educacionais são os insumos do sistema, capazes de serem transformados em resultados benéficos. A melhoria do bem-estar ocorre a partir da aquisição do conhecimento sobre oportunidades e riscos de ações tomadas que envolvem o uso de recursos financeiros, ou seja, o uso do dinheiro. É possível que uma sociedade mude a ênfase que é dada, a partir da educação e do treinamento.

Marshall e Groisman (2015) colocam que os níveis educacionais influenciam no comportamento dos indivíduos e nas distâncias salariais, sendo assim, representam meios de interferência direta no modo de vida gerando impacto positivo na sociedade. Segundo Bauman (1999, p. 44) a “mudança de ênfase faz uma enorme diferença em quase todos os aspectos de uma sociedade, em sua cultura e no destino individual de cada um de seus membros”.



Giddens (1991, p. 39) coloca que “...em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las”. Ainda segundo Giddens (1991, p. 39) “a modernidade é marcada por um apetite pelo novo...”. Mudanças podem ser profundas e universais, depende do “modo como as pessoas são preparadas e educadas para satisfazer as condições impostas pela sua identidade social (isto é, a forma como os homens e as mulheres são integrados no novo mundo).” (BAUMAN, 1999, p. 45).

O conhecimento financeiro e a organização pessoal, de acordo com Cerbasi (2012), têm grande relevância para que os indivíduos usem sua remuneração de modo eficiente, permitindo melhores escolhas em seus gastos e investimentos, gerando segurança e maior possibilidade de concretizar seus desejos pessoais. Tais decisões, quando tomadas de forma consciente e correta, podem contribuir para a melhora na qualidade de vida do indivíduo e das famílias. A colocação do autor coaduna com o objetivo da educação financeira que é instruir o indivíduo para melhor organização de suas finanças pessoais.

Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005, p. 5), a educação financeira representa:

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro.

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), na sociedade moderna os indivíduos precisam ter conhecimento de propriedades formais que gerem uma compreensão lógica das forças que influenciam o ambiente e as suas interações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é assimilado por meio da educação financeira. Os autores definem educação financeira como um processo de transmissão de conhecimento que orienta no desenvolvimento de habilidades específicas nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões seguras e fundamentadas, melhorando a gestão de seus gastos pessoais.

Savoia, Saito e Santana (2007) destacam que indivíduos com maior conhecimento financeiro, tornam-se mais envolvidos à sociedade no que se refere ao ambiente financeiro, conseqüentemente conquista melhorias no seu modo de vida. A educação financeira, ainda que



exercida em cenários de equilíbrio social e econômico, é considerada um instrumento importante para a melhoria da qualidade das decisões dos indivíduos, sejam investidores e/ou consumidores. Nos dias atuais a sociedade enfrenta diversos problemas, sendo muitos relacionados ao inchaço populacional, a exemplificar as cidades brasileiras que atualmente apresentam altos índices de desemprego e endividamento.

Os cenários que indicam problemas de ordem social e econômica refletem maior importância da educação financeira. Os cenários desfavoráveis aos indivíduos geram maior interesse e consciência sobre essa área educacional. A ausência do conhecimento pode comprometer as decisões dos indivíduos, tornando os mesmos seduzidos aos apelos da mídia para o consumismo, incapazes de economizar visando cumprir seus objetivos financeiros de médio e longo prazos e mais vulneráveis a crises financeiras.

Conforme Aristimuño (2004) a educação deixou de ser apenas um bem cultural transformando-se também em bem econômico; os centros de ensino e universidades passaram a ser grandes instituições, centrais para desenvolvimento de sociedades. Deixaram de ser instituições na sociedade para serem instituições da sociedade. Entretanto, apesar da relevância dessa área de conhecimento, no Brasil a educação financeira ainda não faz parte das grades curriculares dos níveis educacionais. Trata-se de uma área de conhecimento com pouca expressão, pois para muitos educar-se financeiramente parece ser algo difícil e desgastante. Contudo, e ainda de maneira tímida, vem ganhando cada vez mais espaço no campo educacional.

Educação Financeira, Mercado e Desenvolvimento Econômico: O Papel do Estado e das Empresas

Braunstein e Welch (2002) destacam que a educação financeira, ao longo dos últimos anos, vem ganhando maior atenção de uma ampla gama de grandes organizações, como: instituições bancárias, agências governamentais, grupos de interesse de comunidades de base e outras organizações. Ainda segundo as autoras grupos que revelam interesse, incluindo formuladores de políticas, estão preocupados com a possibilidade de investidores e consumidores não possuírem um conhecimento prático dos conceitos financeiros e não



possuírem os instrumentos necessários para tomar decisões mais vantajosas para seu bem-estar econômico.

De acordo com Portugal (2017), não diferente da Associação de Educação Financeira do Brasil, do Governo e de outras Instituições de interesse, as empresas privadas também têm um papel fundamental no fomento da educação financeira no Brasil e devem se engajar com maior vigor para melhorar o tema no país. O autor prevê que o setor privado se beneficiará indiretamente das melhores decisões financeiras tomadas por seus colaboradores, investidores e consumidores. Os benefícios serão materializados sob as formas de maior segurança financeira, consumo mais consciente, sustentabilidade e menor índice de inadimplência.

Giddens (1991, p. 39) coloca que a “reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas...”. Seguindo essa linha de pensamento, à medida que o mercado se torna mais sofisticado, os indivíduos e as famílias se apropriam de mais responsabilidades e risco por decisões financeiras, em especial na área da previdência. Portanto, são necessários indivíduos financeiramente educados para assegurar níveis satisfatórios de proteção do investidor e do consumidor, bem como o adequado funcionamento do mercado financeiro e da economia como um todo. (OCDE, 2005).

Baseada na proposta do Comitê de Mercados Financeiros, há a recomendação de que “...os países membros promovam educação e conscientização financeira e, nesse contexto, que governos e instituições públicas e privadas pertinentes levem em conta e coloquem em prática os princípios e as melhores práticas para educação e conscientização financeira...” (OCDE, 2005, p. 3). Conforme Mochi (2005), adaptar melhor as estratégias de formação aos nichos nos mercados ao desenvolvimento de ações, revalorizam dimensões cidadãs.

Numa concepção geral, segundo Braunstein e Welch (2002), as operações de mercado e as forças competitivas são comprometidas quando os indivíduos não têm as habilidades necessárias para gerir suas finanças de modo eficaz. Pessoas instruídas ajudam a criar um mercado mais competitivo e mais eficiente. Ainda segundo as autoras, conforme os indivíduos adquirem conhecimento financeiro e, por consequência, demandam produtos e serviços que visam satisfazer as suas necessidades financeiras, são criadas oportunidades para o mercado ofertar serviços e produtos que melhor possam atender a esses interesses demandados. Tendo



em conta os recursos dedicados à formação em educação financeira, é oportuno identificar as melhores práticas e considerar opções de políticas públicas que promovam o conhecimento tornando as pessoas mais experientes do ponto de vista financeiro.

Segundo OCDE (2005, p. 5):

A educação financeira deve ser considerada no arcabouço regulador e administrativo e deve ser tida como ferramenta para promover crescimento econômico, confiança e estabilidade, juntamente com a regulação das instituições financeiras e a proteção do consumidor (incluindo a regulação sobre informação e aconselhamento). A promoção da educação financeira não deve ser substituída por regulação financeira, que é essencial para proteger o consumidor (por exemplo, contra fraude) e que se espera que a educação financeira possa complementar.

Conforme já inferido, no Brasil, em termos de estado, o tema educação financeira surgiu a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, objetivando contribuir na promoção da educação financeira e previdenciária a fim de impulsionar às políticas de inclusão social, através do apoio de ações auxiliares ao cidadão na tomada de decisões financeiras autônomas e conscientes.

Bauman (1999, p. 73) expõe que, entre tantas obrigações do Estado, inclui “garantir a toda população uma situação de bem-estar; e isso implica mais do que simples sobrevivência: é uma sobrevivência com dignidade, entendida como concebida por cada sociedade em seu próprio tempo”. O autor ainda expõe que para as instituições geridas e financiadas pelo Estado, o conceito impôs o mais amplo compromisso por assistir ao bem-estar público, isto é, coletivamente assegurar a sobrevivência digna de todos os indivíduos.

Segundo Bueno (2010) um dos pontos para o desenvolvimento econômico de um país é a ampliação do capital humano, ou seja, desenvolvimento pela educação, saúde, competência técnica e a transferência dessa força para setores com maior conteúdo tecnológico, o que resulta em salários mais altos favorecendo melhor qualidade de vida e bem-estar social. Schultz (1986, p. 9) afirma que “o aumento das capacidades adquiridas das pessoas no mundo inteiro e nos avanços cognitivos úteis está a chave da futura produtividade econômica e de suas contribuições ao bem-estar humano”.

Para Bueno (2010) trata-se de um processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que levam ao aumento da produtividade e dos salários. A autora ressalta que a educação tem papel fundamental nesse processo destacando,



principalmente, a educação financeira, por promover o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos para que eles possam tomar decisões condizentes a uma boa gestão de suas finanças pessoais. Essas habilidades contribuem para a conquista de maior integração entre indivíduo e sociedade, gerando bem-estar, ademais, os indivíduos bem informados estimulam a criação de mercados mais competitivos e eficientes.

Educação Financeira e Comportamento Financeiro

A educação financeira é uma área de estudo voltada para a gestão do dinheiro, seja para uso corrente e ou para uso futuro. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2015), a educação financeira representa o processo pelo qual investidores e consumidores aperfeiçoam seus conhecimentos sobre finanças, riscos e produtos financeiros. Esse processo busca desenvolver habilidades para a tomada de decisão financeira mais consciente e segura a fim de melhorar o bem-estar econômico e financeiro dos investidores e consumidores.

Vieira, Moreira e Potrich (2019. p. 27-28) expõem que:

A educação financeira é um dos pilares da cidadania financeira e um instrumento capaz de influenciar diretamente em fatores comportamentais importantes, como a compulsividade nas compras, o uso adequado dos cartões de crédito e a propensão ao endividamento. Como a própria OECD (2015) argumenta, a educação financeira é um caminho indispensável para que os indivíduos alcancem o bem-estar financeiro.

A forma como o dinheiro é gerido afeta o modo de vida dos indivíduos e das famílias, muitas pessoas acreditam que educar-se financeiramente é algo complicado e desgastante. Mas, conforme expõe Cerbasi (2012), uma boa organização financeira pode ser aprendida e aprimorada, principalmente, quando é exercitada. Huston (2010) expõe que o conceito de educação financeira envolve, elementarmente, conhecimentos sobre o valor do dinheiro no tempo (ilusão monetária), inflação, finanças pessoais, crédito, investimentos (ativos financeiros), diversificação e administração de risco.

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), indivíduos que possuem conhecimento financeiro, normalmente, conquistam melhores condições de vida. Para os autores, a educação financeira representa um importante instrumento para a melhoria da qualidade das decisões dos indivíduos, sejam investidores e/ou consumidores.



Conforme Garcia et al. (2013) mudanças promovidas pelo conhecimento financeiro geram benefícios aos indivíduos e à sociedade como um todo. Indivíduos com maior consciência financeira apresentam maior capacidade para administração de seus recursos e compreensão das políticas econômicas e sociais vigentes.

Savoia, Saito e Santana (2007) definem educação financeira como um processo de transmissão de conhecimento que norteia no desenvolvimento de habilidades específicas nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões seguras e fundamentadas, melhorando a gestão de seus recursos pessoais.

Conforme Mandell (2008) a educação financeira representa a habilidade do indivíduo em avaliar instrumentos financeiros e de fazer julgamentos bem informados, tanto na seleção desses instrumentos financeiros como na dimensão de seu uso, visando seus melhores interesses de longo prazo. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2015, p. 26) a educação financeira representa:

[...] o processo mediante o qual consumidores/investidores melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, instrução e/ou orientação objetiva, possam desenvolver confiança e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda a adotar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro.

De acordo com Gerardi, Goette e Meier (2010) tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento estão preocupados com o nível de conhecimento financeiro de seus cidadãos, principalmente pela complexidade do mercado financeiro e pelo reconhecimento de que a falta de educação financeira pode levar a decisões enviesadas com repercussões negativas para o próprio indivíduo como também para à sociedade como um todo. Dentro desse contexto, Messy e Monticone (2016) destacam sobre os esforços dos governos para o aprimoramento da educação financeira visando maior apoio ao crescimento econômico.

O tema educação financeira ganhou vulto no Brasil na década de 2000 a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, com o objetivo de fomentar a educação financeira. (ENEF, 2010). Ainda conforme o site da ENEF, a busca do conhecimento e o exercício do planejamento financeiro disciplinam o comportamento do indivíduo.

Para Tetaz (2018) repensar comportamentos e buscar instrumentos que ajudam na organização financeira podem melhorar a qualidade de vida. Macedo Jr. (2013) expõe que o



indivíduo que não consegue se organizar financeiramente, poderá, em algum momento, sofrer as consequências pela falta de dinheiro. Assim, por mais que se tente fugir do assunto, é importante entender que o conhecimento gera a consciência do consumo responsável, a conquista de uma situação financeira saudável, a ascensão do bem-estar econômico e a melhoria na qualidade de vida.

De acordo com Cerbasi (2012), ter conhecimento financeiro e organização pessoal é muito importante para os indivíduos, uma vez que o uso do dinheiro de modo eficiente auxilia em melhores escolhas relacionadas ao consumo e/ou investimentos, gerando segurança e possibilidade de concretização de desejos pessoais. Decisões financeiras tomadas de forma consciente e correta, podem ajudar na qualidade de vida do indivíduo e das famílias.

Com base no conteúdo exposto, evidencia-se que o objetivo da educação financeira é tornar o indivíduo mais preparado e esclarecido sobre a gestão de seus recursos financeiros. Nesse sentido, o mesmo poderá organizar melhor suas finanças pessoais e conquistar níveis mais elevados de bem-estar, tendo em vista que quanto maior for o seu conhecimento financeiro, melhor será a sua capacidade de gestão de recursos. Entretanto, para alguns estudiosos o conhecimento financeiro, apesar de ser importante, não inviabiliza decisões que provoquem perdas, uma vez que o indivíduo é influenciado por estímulos que levam a vieses comportamentais. Ou seja, para alguns autores ter conhecimento financeiro não necessariamente inibe as tendências de decisões financeiras não favoráveis ao próprio indivíduo.

De acordo com Ferreira (2017) um grande desafio da educação financeira tem sido a dificuldade para mudar o comportamento financeiro. Segundo a autora, grande parte dos indivíduos não modifica seu modo de agir, seus hábitos e padrões de escolha relacionados às suas decisões financeiras, o que pode torná-los mais suscetíveis a prejuízos financeiros. Dentro desse contexto, ainda de acordo com a autora, o conhecimento sobre comportamento financeiro, funcionamento mental e tomada de decisão, são assuntos importantes que devem ser inseridos nos novos programas de educação financeira.

Shu et al. (2017) ratificam o exposto ao afirmarem que as estratégias de educação financeira com orientação pedagógica não são suficientes para gerar mudanças no comportamento financeiro dos indivíduos. Os autores destacam outros fatores que são



determinantes para o comportamento e que devem ser levados em consideração, como o autocontrole, habilidade de planejamento, construção de objetivos e desejos, entre outros.

Segundo Kotler e Armstrong (2003) o comportamento financeiro do indivíduo recebe influência de fatores psicológicos, ambientais e intuitivos (percepção). Para os autores, a percepção é formada a partir de processos pelos quais os indivíduos selecionam, organizam e interpretam informações e situações experimentadas. Já para Banov (2017) a percepção representa um processo por meio do qual os estímulos são transformados em interpretações psicológicas. Sobre esse assunto, Kahneman (2011) classifica as operações cerebrais como sistema 1 (rápido, intuitivo e dirigido por emoções) e o sistema 2 (lento, baseado em regras e em cálculos conscientes). Segundo o autor, o sistema intuitivo é mais influente e responsável por muitas das decisões e julgamentos feitos pelos indivíduos, esse sistema opera de forma rápida, com pouco esforço e não apresenta a percepção de controle voluntário.

Conforme Ferreira (2017, p.5):

As investigações sobre impulsos e emoções desempenhando papel central nas operações psicológicas de percepção, julgamento e avaliação de dados, opções e perspectivas, os erros sistemáticos encontrados em todas estas etapas do processo decisório, os obstáculos ao aprendizado com a própria experiência, as vulnerabilidades a pressões internas e externas, o impacto da escassez crônica e/ou extrema de recursos sobre o funcionamento cognitivo, oferecem importantes contribuições para o desenho mais adequado das propostas de educação financeira [...]

Shu et al. (2017) colocam que as estratégias para a difusão da educação financeira têm buscado, cada vez mais, o auxílio das ciências comportamentais para compreender o modo de agir dos indivíduos em relação a gestão das finanças. Ferreira (2017) expõe que vários estudos têm acumulado conhecimento sobre o comportamento econômico (financeiro) e a tomada de decisão, permitindo ampliar o exame das operações mentais relacionadas a gestão do dinheiro, com hipóteses apoiadas em dados empíricos sobre as razões que conduzem a erros de avaliação e, por consequência, decisões desfavoráveis aos indivíduos. A autora cita clássicos como Tverky e Kahneman (1974), Kahneman e Tversky (1979), Kahneman (2011), entre outras obras disponíveis no Brasil e em parte do mundo, capazes de fundamentar as etapas que engendram as estratégias e programas de educação financeira.



METODOLOGIA

A proposta deste tópico é apresentar os métodos e procedimentos pelos quais o estudo foi conduzido. A presente artigo teve como objetivo apresentar um estudo sobre as relações nos processos de educação financeira com a dimensão socioeconômica. Para tanto, foi desenvolvido um estudo de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa. De acordo com Santos e Araújo (2021, p.30) o estudo exploratório-descritivo reúne “caraterísticas dos dois tipos de pesquisa, aprimora as ideias, quando há pouco conhecimento de um determinado assunto, como estudos exploratórios e tem como objetivo descrever um determinado fenômeno, como todo estudo descritivo”. Sobre o modelo de abordagem, Alyrio (2013, p.59) expõe que “na pesquisa qualitativa, a realidade é verbalizada. Os dados recebem tratamento interpretativo, com interferência maior da subjetividade do pesquisador. A abordagem é mais reflexiva”.

Sobre a coleta de dados teóricos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando abranger conteúdos de domínio público e de fontes diversificadas sobre o assunto estudado. Gil (2002) esclarece que a maioria das pesquisas exploratórias envolve o levantamento bibliográfico com fontes já publicadas sobre o tema. Dentro desse contexto, foram consultadas diferentes fontes de informações como: artigos, livros, revistas, pesquisas, relatórios, monografias, dissertações, teses, sites e etc. Alyrio (2013, p.81) expõe que: “A pesquisa bibliográfica é o fundamento que ampara todo o plano de investigação, pois é através desse referencial teórico que o investigador se atualiza sobre o assunto indicado e aumenta seus conhecimentos teórico e intelectual”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho foi apresentada a importância da educação financeira e a atribuição de sua prática relacionada aos aspectos que afetam a ordem social e econômica. Inicialmente, o trabalho fez uma breve relação entre educação financeira e sociedade. Destacou que a sociedade impõe aos seus membros a obrigação de serem consumidores e, dentro deste contexto, o estudo evidenciou que o conhecimento financeiro promove uma consciência de consumo responsável, possibilitando aos membros de uma sociedade a conquista de uma situação financeira organizada.



O estudo permitiu compreender que a educação financeira representa um importante instrumento educacional para o desenvolvimento do bem-estar social. Entretanto, observou-se que, apesar da relevância dessa área de conhecimento, no Brasil, a educação financeira ainda não faz parte da grade curricular dos diferentes níveis educacionais. Trata-se de uma área de conhecimento com pouca expressão, considerando que para muitos indivíduos educar-se financeiramente parece ser algo difícil e desgastante.

Esse trabalho mostrou que é possível que uma sociedade mude a ênfase que é dada em sua dimensão socioeconômica a partir da educação e do treinamento. Porém, existem resistências, pois transformar o modo de agir e pensar, promover a conscientização do consumo responsável e criar uma nova cultura econômica não são tarefas fáceis. Contudo, ainda que de maneira tímida, a educação financeira vem ganhando cada vez mais espaço no campo educacional e despertando o interesse de grandes organizações como também de formuladores de políticas públicas. O estudo destacou que o Estado, instituições de interesse e empresas privadas têm papel fundamental no fomento da educação financeira e devem se engajar com maior vigor para melhorar o tema.

O estudo apresentou a relação entre mercado e educação financeira, ao avultar que as operações de mercado e as forças competitivas são comprometidas quando os indivíduos não têm as habilidades necessárias para gerir suas finanças de modo eficaz, destacou que pessoas instruídas financeiramente ajudam a criar um mercado mais competitivo e mais eficiente. Conforme os indivíduos adquirem conhecimento financeiro e, por consequência, demandam produtos e serviços que visam satisfazer as suas necessidades financeiras, são criadas oportunidades para o mercado ofertar serviços e produtos que melhor possam atender a esses interesses demandados.

Sobre o tópico educação financeira e comportamento financeiro, foi observado que para alguns estudiosos o conhecimento financeiro, apesar de ser importante, não inviabiliza decisões que possam provocar perdas financeiras, uma vez que o indivíduo é influenciado por estímulos que levam aos ditos “vieses comportamentais”. Ou seja, para alguns autores ter conhecimento financeiro não necessariamente inibe as tendências de decisões financeiras não favoráveis ao próprio indivíduo.



Por fim, conclui-se que o Estado deve intensificar políticas públicas que promovam o conhecimento tornando os indivíduos mais experientes do ponto de vista financeiro; que o setor privado tenha sua parcela de contribuição no fomento da educação, tendo em vista os benefícios indiretos que terá em função de melhores decisões financeiras tomadas por seus colaboradores, investidores e consumidores. Cabe ressaltar que a educação financeira pode ser considerada um instrumento que promove confiança, estabilidade financeira e crescimento econômico, e que a adoção do conhecimento financeiro e a sua prática, poderão gerar resultados e consequências benéficas para o bem-estar social e para o desenvolvimento econômico do país.

Recomenda-se que outros estudos relacionados ao tema sejam elaborados para que haja uma abordagem mais aprofundada, principalmente sobre a relação educação financeira e comportamento financeiro, tendo em vista a existência de diferentes pontos de vista sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

ARISTIMUÑO, A. **Las competencias en la educación superior: ¿demonio u oportunidad?** In: III Congreso Internacional Docencia Universitaria e Innovación, 2004, Gerona.

BANOV, M. R. **Comportamento do consumidor: vencendo desafios**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

BAUMAN, S. **Trabajo, consumo y nuevos pobres**. Barcelona: Gedissa, 1999.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial literacy: an overview of practice, research, and policy**. Federal Reserve Bulletin, 2002.

BRUNET, T. **Dinheiro é emocional para ter paz financeira**. São Paulo: Editora Vida, 2018.

BUENO, Lilian Luisa Brito. **A educação financeira e o processo de desenvolvimento econômico do país**. 2010. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté/SP.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**, 2010. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/enef/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FERREIRA, V. R. Confluência de fatores em educação financeira, políticas públicas e mudança de comportamento – O “Quinteto Fantástico”. (2017). *In: 4º. Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, FGV-SP*. Disponível em: https://cef.fgv.br/sites/cef.fgv.br/files/19_confluencia_de_fatores_em_educacao_financeira_politicas_publicas_e_mudanca_de_comportamento_o_quinteto_fantastico.pdf. Acesso em: 20 de set. 2021.

GARCIA, N., et al. (2013). Financial education in Latin America and the Caribbean: Rationale, Overview and Way Forward. (2013). **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, 3. OECD Publishing. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/WP33FinEduLAC.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

GERARDI, K.; GOETTE, L.; MEIER, S. **Financial literacy and subprime mortgage delinquency: Evidence from a survey matched to administrative data**. (2010). Federal Reserve Bank of Atlanta Working Paper. Disponível em: <https://www.atlantafed.org/-/media/documents/research/publications/wp/2010/wp1010.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. . São Paulo: Atlas, 2002.

GOULD, Giacomo. **La administración de la vinculación: cómo hacer qué**. Del. Cuauhtémoc: Secretaría de Educación Pública, 2002. (ISBN: 970-33-0002-2)

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. (2010). **The Journal of Consumer Affairs**, 44(2), 296-316. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>

KAHNEMAN, D. **Thinking, fast and slow**. London: Allen Lane, 2011.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MACEDO JUNIOR, J. S. **A árvore do dinheiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MANDELL, L. Financial Literacy of High School Students. (2008). *In: Xiao, J.J. (eds) Handbook of Consumer Finance Research*. 163-183. New York: Springer. https://doi.org/10.1007/978-0-387-75734-6_10

MARSHALL, Adriana; GROISMAN, Fernando. Educación, demanda de calificaciones y salarios relativos: el caso argentino, 2004-2011. **Desarrollo Económico**. v. 55, 216 ed., p.



227-243, set./dic 2015. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43894826>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MESSY, F.; MONTICONE, C. Financial Education Policies in Asia and the Pacific. (2016). **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, 40, OECD Publishing, Paris. doi:<https://doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en>

MOCHI, Prudencio. **Globalización, desarrollo local y descentralización. La importancia del conocimiento y la formación de recursos humanos en estos contextos**. En Girardo, C.; de Ibarrola, M.; Jacinto, C. (Coord.) Estrategias educativas y formativas para la inserción social y productiva. Uruguay: Cinterfor/OIT, 2005.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe, 2005. 8 p.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2015). **Estratégias Nacionais de Educação Financeira: Manual de Políticas da OCDE/INFE**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

PORTUGAL, M. **Avanços e desafios da educação financeira no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/avancos-desafios-educacao-financeira-brasil/>>. Acesso em: 28 jan. 019.

SANTOS, A. M.; ARAÚJO, C. S. **Metodologia da pesquisa - Introdução ao estudo científico**. Brasília: Unyleya Educacional, 2021.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 41, 6 ed., p. 1121-41, nov/dez 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620/5204>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

SHU, F. et al. Educação financeira para além do conhecimento: estratégias de intervenção no comportamento de poupança. (2017). **CVM Educacional**, 1. Disponível em: <<http://pensologoinvisto.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

SHULTZ, T. **Invirtiendo en la gente**. Editorial Ariel: Buenos Aires, 1986.

TETAZ, M. **Psychonomics: como o funcionamento da mente ajuda a definir nosso comportamento consumidor**. São Paulo: Planeta, 2018.



VIEIRA, K. M.; MOREIRA, F. D.; POTRICH, A. G. (2019). Indicador de educação financeira: Proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item*. (2019). **Educação & Sociedade** [online], 40(1), 1-33. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568>

AUTORIA:

SelmaVELOZO Fontes

Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Coordenadora de Disciplina na Fundação CECIERJ. Possui Doutorado em Administração e Ciências Sociais (UCES) e Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão em EAD (UFF).

Instituição: UFRRJ

E-mail: svfontes@ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8195-4823>

País: Brasil